

**ATA NÚMERO 210/XII/3.ª SL**

Aos 15 dias do mês de outubro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15h00

1. Apreciação e votação da ata n.º 209, referente à reunião de 9 de outubro.
2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 163/XII/2.ª (ALRAA) – “Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional”.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).
3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.”.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).
4. Distribuição da Proposta de Lei n.º 174/XII/3.ª (GOV) – “Autoriza o Governo a aprovar o regime que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, a estabelecer o respetivo regime sancionatório, bem como a alterar o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro”.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 455/XII/3.ª (PSD) – “Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção pela redução de taxa a aplicar em cada ano, tendo em conta o número de membros do agregado familiar”.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

6. Distribuição da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014 (autor do parecer cabe ao GP PS) e da Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano para 2014 (autor do parecer cabe ao GP PSD).
7. Deliberação sobre a eventual discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 843/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, no sentido do aumento das deduções fiscais para famílias com mais de 3 filhos” e 844/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre Veículos, no sentido da redução do mesmo aquando do nascimento do 4.º filho”.
8. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão – Enquadramento harmonizado para os projetos de planos orçamentais e relatórios de emissão de dívida na área do euro [COM(2013)490].  
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
9. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas à Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, à Associação Portuguesa de Ortopistas e à British American Tobacco, sobre matérias genéricas, e das audiências concedidas à ASFIC – Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal e ao SINCTA - Sindicato dos Controladores de Tráfego Aéreo, no âmbito da apreciação pública da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.<sup>a</sup> (GOV).
10. Calendário de apreciação da Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2014.
11. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Decreto n.º 177/XII - Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, nos termos do despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República.
12. Outros assuntos.

16h00

Audição da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, 1.º subscritor da Petição n.º 289/XII/3.<sup>a</sup> – Solicitam a adoção de medidas legislativas que limitem a cobrança de

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

comissões ou outros encargos de manutenção de contas à ordem, e que promovam a transparência da sua publicitação e atualização.

Relator: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

---

**15h00**

O Senhor Presidente, em ponto prévio à Ordem do Dia, deu conta dos motivos inerentes ao agendamento da reunião ordinária da Comissão para um dia diferente do habitual, tendo em conta a importância dos assuntos a serem abordados e a dificuldade de compatibilização de agenda de trabalhos parlamentares dos membros da Mesa, após o que, a propósito da saída do primeiro Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD), eleito Presidente de Câmara, o saudou em nome da Comissão, agradecendo a cooperação ativa e permanente e a boa cooperação como Vice-Presidente ao longo de toda a Legislatura.

**1. Apreciação e votação da ata n.º 209, referente à reunião de 9 de outubro.**

A [ata n.º 209](#), referente à reunião de 9 de outubro, foi aprovada por unanimidade.

**2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 163/XII/2.ª (ALRAA) – “Fixa os meios que asseguram o financiamento do Governo da República à Região Autónoma dos Açores para fazer face aos prejuízos causados pela intempérie que assolou os Açores a 14 de março de 2013, cumprindo assim o princípio constitucional da solidariedade nacional”.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).**

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 163/XII/2.ª \(ALRAA\)](#), sublinhando as principais disposições e objetivos da iniciativa, após o que foi saudado pelos Grupos Parlamentares, tendo o parecer sido aprovado por unanimidade.

**3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações”.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).**

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 171/XII/2.ª \(GOV\)](#), sublinhando a motivação e principais disposições da iniciativa, bem como os

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

pareceres remetidos à Comissão em sede de apreciação pública da iniciativa e as audiências já concedidas. Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Presidente da Comissão recordado o ofício da Frente Comum apreciado pela Comissão e a sua remessa à Senhora Presidente da Assembleia da República, tendo em consideração as competências de agendamento, após o que o parecer foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD e CDS-PP, contra de PCP e BE e a abstenção do PS. Foi ainda consensualizado remeter para a apreciação da iniciativa, na especialidade, a concretização das audiências ainda pendentes.

- 4. Distribuição da Proposta de Lei n.º 174/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – “Autoriza o Governo a aprovar o regime que assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, a estabelecer o respetivo regime sancionatório, bem como a alterar o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro”.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

O Grupo Parlamentar do PS indicou como autor do parecer à [Proposta de Lei n.º 174/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS).

- 5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 455/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção pela redução de taxa a aplicar em cada ano, tendo em conta o número de membros do agregado familiar”.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

A Comissão considerou extemporânea a distribuição da referida iniciativa tendo em consideração o seu agendamento para a sessão plenária da sexta-feira seguinte.

- 6. Distribuição da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014 (autor do parecer cabe ao GP PS) e da Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano para 2014 (autor do parecer cabe ao GP PSD).**

A Comissão deliberou distribuir, à condição, a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014, tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado relatora a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos. Analogamente, a Comissão deliberou distribuir, à condição, a Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano para 2014, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como autora do parecer a Senhora Deputada Elsa Cordeiro.

- 7. Deliberação sobre a eventual discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 843/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, no sentido do aumento das deduções fiscais para famílias com mais de 3 filhos” e 844/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Alteração do Código do Imposto sobre Veículos, no sentido da redução do mesmo aquando do nascimento do 4.º filho”.**

A Comissão considerou extemporânea a apreciação do presente ponto da Ordem do Dia tendo em consideração o seu agendamento para a sessão plenária da sexta-feira seguinte.

- 8. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão – Enquadramento harmonizado para os projetos de planos orçamentais e relatórios de emissão de dívida na área do euro [COM(2013)490].**

**Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).**

A pedido do relator, a apreciação do presente ponto da Ordem do Dia foi adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

- 9. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas à Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, à Associação Portuguesa de Ortopedistas e à British American Tobacco, sobre matérias genéricas, e das audiências concedidas à ASFIC – Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal e ao SINCTA - Sindicato dos Controladores de Tráfego Aéreo, no âmbito da apreciação pública da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.<sup>a</sup> (GOV).**

A Comissão apreciou favoravelmente os relatórios das [audiências](#) concedidas.

- 10. Calendário de apreciação da Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2014.**

O Senhor Presidente recordou as competências regimentalmente acometidas à Comissão em matéria de organização do processo orçamental, bem como o calendário apreciado em Conferência de Líderes.

Sobre o calendário de apreciação da Proposta de Lei em apreço houve um debate no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Paulo Sá (PPC), Pedro Filipe Soares (BE) e Pedro Jesus Marques (PS), tendo a Comissão aprovado, por unanimidade, as seguintes alterações:

. Antecipar para 25 de outubro a data limite para envio dos pareceres das Comissões, tendo em consideração o agendamento das jornadas parlamentares de PSD/CDS-PP para 28 e 29 de outubro e o facto de a COFAP ter de apreciar e votar o relatório final a 30 de outubro;

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

. Trocar as datas de audição da Ministra da Justiça e do Ministro de Administração Interna (tendo em consideração o pedido do Governo) e ajustar o horário de audição do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

. Ajustar as datas das audições do Conselho Económico e Social, Conselho das Finanças Públicas, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Associação Nacional de Freguesias.

. Fixar as 18h de 15 de novembro como hora limite para submissão de propostas de alteração.

Foi, ainda, acordado que a apresentação, na generalidade, sobre a Proposta de Lei referente ao segundo Orçamento Retificativo para 2013 ocorra nos mesmos moldes do ano anterior.

**11. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Decreto n.º 177/XII – Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, nos termos do despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República.**

Os Senhores Deputados debateram o modo de apreciação, em sede de Comissão, do [Decreto n.º 177/XII](#), tendo o Senhor Presidente recordado o debate havido em Plenário na semana anterior, na sequência de um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, e o subsequente despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República, considerando tratar-se de uma nova apreciação da iniciativa na especialidade.

Sobre esta matéria, intervieram, consecutivamente, os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), Duarte Pacheco (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), Pedro Jesus Marques (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), tendo sido consensualizado realizar na sexta-feira, 18 de outubro, eventuais audiências/audições, nos moldes habituais de concessão de audiências pela Comissão, e fixado como prazo de apresentação de propostas de alteração as 18h00 de segunda-feira, 21 de outubro, com vista ao debate e votação indiciária na especialidade em reunião da Comissão a ocorrer no dia seguinte.

**12. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão a possibilidade de realização de uma reunião ordinária a 22 de outubro, tendo em consideração ao agendamento da Ordem do Dia previsto para 23 de outubro, proposta que mereceu a anuência, a ser estabilizada oportunamente.

A Comissão deliberou proceder à distribuição da [Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª \(GOV\)](#), tendo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista indicado o Senhor Deputado João Galamba autor do parecer. A Comissão deliberou, igualmente, proceder à distribuição, à condição, da Proposta de Lei referente ao segundo Orçamento Retificativo para 2013, cabendo ao Grupo Parlamentar do CDS-PP a indicação do(a) autor(a) do parecer.

**16h00**

**Audição da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, 1.º subscritor da Petição n.º 289/XII/3.ª – Solicitam a adoção de medidas legislativas que limitem a cobrança de comissões ou outros encargos de manutenção de contas à ordem, e que promovam a transparência da sua publicitação e atualização.**

**Relator: Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).**

O relatório referente à audição dos peticionários, e outras informações, pode ser encontrado na [página internet](#) da petição.

A reunião foi encerrada pelas 17:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de outubro de 2013

**O PRESIDENTE,**

**EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Medina  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
João Pinho de Almeida  
Miguel Frasquilho  
Nuno Reis  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Sónia Fertuzinhos  
Artur Rêgo  
Hortense Martins  
Jorge Paulo Oliveira  
Maria das Mercês Borges  
Miguel Tiago  
Paulo Ribeiro de Campos  
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José de Matos Rosa  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos